

## **MOBILIZAÇÕES DA MEMÓRIA EM LUGARES DE MORTE EM SÃO PAULO: FLAVIO SANT'ANNA, EDSON NERIS, ANDREA DE MAYO**

Renato Cymbalista<sup>1</sup>

---

### **RESUMO**

O texto trata de três lugares relacionados à morte e a violações de direitos na cidade de São Paulo: dois deles foram palco do assassinato de pessoas em situações emblemáticas de violência contra minorias sociais, Edson Neris e Flávio Sant'Anna. O terceiro é um lugar de sepultamento de uma importante travesti da história da cidade, Andréa de Mayo. Os três lugares passaram por processos de memorialização após as mortes, sempre no sentido da afirmação de direitos de grupos tradicionalmente oprimidos: negros, gays, travestis e transexuais.

A transformação dos espaços de morte em espaços de memória não é tranquila. Ainda que a militância seja indispensável, o texto defende que uma das peças-chave para a garantia da memorialização é a participação do poder público em um viés específico, reconhecendo dívidas a serem sanadas com os grupos violados e expressando desejos de mudança.

**Palavras-Chave:** Lugares de Memória. Lugares de Consciência. Andrea de Mayo, Edson Neris, Flavio Sant'Anna.

### **ABSTRACT**

The text deals with three places related to death and violations of rights in the city of São Paulo: two of them were the scene of the murder of people in emblematic situations of violence, Edson Neris and Flávio Sant'Anna. The third is a burial place of an important transvestite of the history of the city, Andrea de Mayo. The three places have gone through processes of memorization after the deaths, in which different social actors searched for the affirmation of rights of traditionally oppressed groups: blacks, gays, transvestites and transsexuals.

The transformation spaces of death into spaces of memory is not simple. Although activism is indispensable, the text argues that one of the key pieces for ensuring the memorialization is the participation of the State in some level, recognizing its role in the violation of rights in the past and in the present, and expresses a desire of change.

---

<sup>1</sup> Renato Cymbalista é professor da FAU-USP. Coordena o grupo de Pesquisa Lugares de Memória e Consciência (USP-CNPq) e integra o Laboratório para Outros Urbanismos (FAU-USP).

**Keywords:** Sites of Memory. Sites of Conscience. Andrea de Mayo. Edson Neris. Flavio Sant'Anna.

## INTRODUÇÃO

Lugares da morte e dos mortos são especiais. A depender da crença, são considerados locais onde aparecem almas penadas, locais de comunicação entre o mundo dos vivos e o dos mortos, locais de reflexão ou de aprendizado. Podem ser também mobilizados como lugares de ação política, e este texto trata de três lugares que se encaixam nessa última categoria, todos eles situados na cidade de São Paulo.<sup>2</sup>

Dois deles foram palco do assassinato de pessoas em situações emblemáticas de violência, Edson Neris e Flávio Sant'Anna. O terceiro é um lugar de sepultamento de uma importante travesti da história de São Paulo, Andrea de Mayo. O que une os três lugares é o fato de todos eles terem passado por processos de memorialização após as mortes, sempre no sentido da afirmação de direitos de grupos tradicionalmente oprimidos: negros, gays, travestis e transexuais.

As três experiências estão relatadas aqui na ordem cronológica dos processos de memorialização: Edson Neris e Flávio Sant'Anna logo após suas mortes em 2000 e 2006, Andrea de Mayo na reocupação simbólica de seu túmulo em 2016.

Não pretendo apresentar distanciamento ou neutralidade. Assumo um posicionamento político profundamente favorável à memorialização de sítios que evocam violações de direitos humanos, e à defesa de sua ocupação e mobilização para afirmar estes mesmos direitos. No caso de Andréa de Mayo o distanciamento é nulo, pois fui agente do processo. Por essa razão, a partir de certo ponto, o texto passa para a primeira pessoa.

A transformação dos espaços de morte em espaços de memória não é tranquila. Ainda que a militância seja indispensável, defendo que uma das peças-chave para a garantia da memorialização é a participação de um poder público que reconheça dívidas a serem sanadas com os grupos violados e expresse desejos de mudança.

## EDSON NERIS

Em 6 de fevereiro de 2000, o adestrador de cães Edson Neris da Silva passeava de mãos dadas com seu namorado Dario Pereira Netto na Praça

---

<sup>2</sup> VERDERY, Katherine. *The political lives of dead bodies: reburial and postsocialist change*. Columbia: University Press, 1999.

da República em São Paulo. Um grupo de skinheads denominado Carecas do ABC, já anteriormente envolvido em episódios de violência, rondava a área. O grupo de cerca de 20 pessoas cercou o casal pela frente e por trás e começou a linchá-lo. Os homens batiam e as mulheres observavam, um pouco recuadas. Dario conseguiu escapar após levar um chute nas costas e um tapa no rosto, mas Edson morreu no ataque.<sup>3</sup>

Após o assassinato, os algozes reuniram-se em um bar no Bixiga para beber e celebrar a monstruosidade. Mas um vendedor ambulante que presenciou a cena tomou para si a responsabilidade de enfrentar a injustiça: seguiu os assassinos até o bar e chamou a polícia. Dezesseis homens e duas mulheres foram presos em flagrante e levados ao 3º Distrito Policial em Santa Ifigênia.

O assassinato de Neris despertou reações da sociedade em dois caminhos. No campo jurídico, o processo caiu nas mãos do promotor público Marcelo Milani, que tratou-o desde o início como “crime de ódio”, ou seja, um crime que nega o direito de existência do outro. Foi a primeira vez que tal crime foi tipificado no Brasil. A outra alternativa jurídica era a de culpabilização por linchamento, um crime mais brando porque não individualizaria as responsabilidades. Em fevereiro de 2001, dois dos assassinos, Juliano Sabino e José Pereira da Silva, foram condenados a 21 anos de prisão em regime fechado.<sup>4</sup>

Em paralelo às repercussões na justiça, o crime produziu também impactos no movimento LGBT. A virada do século era um momento de mudança no patamar de visibilidade dos grupos LGBT em São Paulo. Em 28 de junho de 1996, os grupos de luta pela diversidade sexual fizeram uma demonstração na praça Roosevelt marcando o aniversário da revolta da Stonewall e a partir do ano seguinte colocaram em curso a célebre Parada LGBT de São Paulo.<sup>5</sup> No ano 2000, a parada gigantesca já estava se anunciando: de cerca de 2 mil pessoas em 1997, 8 mil em 1998, para 35 mil em 1999.<sup>6</sup> Em 1999, havia sido criada a Associação da Parada do Orgulho LGBT, para dar conta da estrutura cada vez mais complexa que a manifestação exigia e formalizar suas relações com o poder público.<sup>7</sup> Por volta da

---

3 FRANÇA, Carlos Eduardo. O linchamento de Edson Neris da Silva: reelaborações identitárias dos skinheads carecas do Brasil na sociedade paulista contemporânea. 2008. 182 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008. Available at: <<http://hdl.handle.net/11449/89578>>.

4 “Skinheads são condenados por morte de gay”. Folha de S. Paulo, 1 de fevereiro de 2001.

5 TRINDADE, Ronaldo. “O Mito da Multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo”. *Gênero* (UFF), vol 11. N. 2, p. 77 (art todo p. 73-79), 1 sem 2011.

6 [https://en.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o\\_Paulo\\_Gay\\_Pride\\_Parade](https://en.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo_Gay_Pride_Parade)

7 Ronaldo Trindade, “O Mito da Multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo”. *Gênero* (UFF), vol 11. N. 2, p. 81 (art todo p. 73-79), 1 sem 2011.

época do assassinato de Edson Neris, a organização da Parada decidia torná-la um evento de grande porte. Com o apoio de profissionais do turismo e do marketing, decidiu-se transferir a data do simbólico 28 de junho (data do levante de Stonewall) para o domingo do feriado de Corpus Christi, dando possibilidade de o público de outras cidades ir a São Paulo.<sup>8</sup> A estratégia deu resultado, e em 2000 a Parada teve cerca de 100 mil participantes.

Multiplicavam-se os grupos de ativistas; apareciam na mídia colunas e publicações destinadas ao público LGBT; o Festival Mix Brasil de diversidade sexual amadurecia; começava-se a falar do poder do público consumidor LGBT; a epidemia de AIDS passava para uma etapa menos aterrorizante com a criação de tratamento com o coquetel anti-HIV, que passou a ser oferecido pelo SUS. Assim, ampliava-se rapidamente em São Paulo a visibilidade pública da diversidade sexual, para além dos círculos de ativistas. Era, portanto, o momento de reivindicação de um memorial e de uma presença mais incidente no espaço público. Por todas essas razões, e também pela localização central do crime, o assassinato de Edson Neris não submergiu como o de tantos outros que morreram pelos mesmos motivos. Pouco tempo após o assassinato, a militância LGBT organizou um protesto no local do crime, mas ele não teve grande presença.

Na época, fizemos uma manifestação na Praça da República e quase ninguém foi. O grande escritor e militante João Silvério Trevisan chegou a ir até os bares gays da famosa Avenida Vieira de Carvalho para tirar, quase que à força, implorar para que as pessoas fossem para a manifestação, mostrar para elas que isso as interessa, sim. Motivá-las a defender as próprias vidas e terem empatia pelo próximo, pelo igual (AGUIEIRAS, 2017).

Ricardo Aguiéiras, um militante LGBT, teve a ideia de realização de um monumento no local. Não havia ainda redes sociais na época, e ele utilizou-se da parte de comentários do site Mix Brasil, um dos primeiros portais LGBT, para veicular a ideia. Esta recebeu uma aprovação imediata, mas fugaz: “lembro-me que muita gente aprovou a ideia, mas poucos me procuraram depois”. O apoio mais importante veio de Luiz Mott, do Grupo Gay da Bahia, a organização que na época liderava o trabalho de denúncia de crimes cometidos contra a população LGBT no Brasil, que ofereceu gratuitamente um mármore rosa existente na Bahia para a construção.

Surgiu a ideia de ser em forma de uma pirâmide invertida, rosa, em referência ao Triângulo Rosa invertido, símbolo da Luta Homossexual, que foi usado nos campos de concentração nazistas para diferenciar a população gay encarcerada e perseguida. Em mármore rosa, perfeito para o que planejávamos, o [Luiz] Mott e eu. Teria inscrição, falando do Edson e da homofobia brasileira, dos crimes e da luta contra o preconceito. Mas o texto final

---

8 Franco Reinaudo, em entrevista, 23/7/2016.

não chegou a ser feito (AGUIEIRAS, 2017). Edith Modesto, ativista que trabalha com adolescentes GLBT e suas famílias, sugeriu a realização de um concurso nas faculdades pelo desenho do movimento. Aguiéiras procurou alguns vereadores, mas não chegou sequer a ser recebido.

A falta de apoio foi uma constante, de fora do Movimento e, de dentro, não encontrava interesse. O Movimento Gay já se encontrava profundamente partidário e isso só piorou até hoje. Militante autônomo, como eu sempre fui muito mal visto e rejeitado. Procurei alguns vereadores da Câmara Municipal de São Paulo, nem consegui ser recebido. Tentei de todas as formas atrair a militância, igualmente sem sucesso (AGUIEIRAS, 2017). A memória do assassinato de Edson Neris não se esvaiu. Na I Conferência Nacional GLBT em junho de 2008 o episódio de sua morte foi um dos poucos lembrados pelo Secretário Especial dos Direitos Humanos Paulo de Tarso Vanucchi em seu discurso oficial.<sup>9</sup> Em 2009, Aguiéiras e Marcos Freitas, outro militante de São Paulo, fizeram um novo projeto em busca de financiamento por um edital do Programa de Ação Cultural (PROAC) do Governo do Estado.

Apesar de saber que tivemos uma alta pontuação no Edital, não fomos escolhidos por um detalhe que eu realmente desconhecia: A Praça da República em São Paulo é um espaço tombado pelo Patrimônio Histórico e nada pode ser feito, construído lá, sem aprovação do Conselho. O que levaria a uma outra burocracia, mais sufocante ainda do que as que eu já havia enfrentado ao longo dos anos. Foi muito frustrante (AGUIEIRAS, 2007).

Em 2010, o historiador carioca Marcio Retamero denunciava a inexistência do monumento como indicador da precariedade da efetivação dos direitos LGBT no Brasil:

Edson Néris não ganhou nenhum site em sua homenagem (busquei sem sucesso no Google); nenhum memorial, por mais que Ricardo Aguiéiras tente até hoje, foi erguido; nenhum filme, nem sequer um documentário... [...] Por que ainda não temos um memorial ao Edson conforme noticiado aos quatro ventos na primeira Conferência Nacional LGBT? O mármore rosa já foi garantido pelo Grupo Gay da Bahia, estado de origem da família do Edson. Por que ainda não foi construído? Por que nenhum cineasta se interessou pelo caso para fazer pelo menos um documentário? Por que a Câmara de Vereadores de SP ou a Prefeitura de SP ou o Governo do Estado de SP nada fizeram até hoje em homenagem ao Edson? Nem mesmo a Lei 10.948/01, que trata da penalização por atos homofóbicos no estado de SP, leva o nome da vítima assassinada no mais emblemático caso de crime de ódio praticado neste estado!<sup>10</sup>

Até agora o desejo de marcar o local da morte de Neris não foi realizado.

9 Pronunciamento do Secretário Especial dos Direitos Humanos Paulo de Tarso Vanucchi, in: Anais da I Conferência Nacional LGBT, p. 254-262. <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>

10 <https://disponivel.uol.com.br/acapa/mobile/noticia.asp?codigo=10284>. Acesso em: 29/4/2017.

Conforme Aguiéiras, isso se deve a uma série de razões: a partidarização do movimento LGBT, as divisões internas ao movimento, a falta de reflexão por parte da população, o crescimento do fundamentalismo religioso e do conservadorismo.

Hoje minhas preocupações são outras. Claro que ficaria feliz em ver isso retomado, se ocorresse. Mas duvido. Continuo lutando contra a homofobia [...] Se alguém se interessasse e pedisse a minha colaboração, claro que eu ajudaria (AGUIEIRAS, 2017).

Ainda assim, o sítio exerceu o seu poder. Em 2012, em mais uma conquista na luta pela legitimidade dos movimentos LGBT, o Governo do Estado de São Paulo inaugurou o Museu da Diversidade, o primeiro do gênero no Hemisfério Sul. Como local de sua primeira sede, o governo ofereceu para o museu a opção de escolher dentre as lojas e espaços ocupáveis em estações de metrô. A escolha dos técnicos do museu recaiu sobre um espaço na estação República, e o critério para a escolha foi justamente o histórico do local, onde ocorreu o assassinato de Neris.<sup>11</sup> Assim, o Museu da Diversidade, além de ser um lugar de ativismo, de resistência e celebração, é também um lugar de memória.

### **FLAVIO SANT'ANNA**

Em 3 de fevereiro de 2004, o comerciante Antonio Alves dos Anjos informou à polícia que havia sido assaltado. Policiais do 5º Batalhão da Polícia Militar saíram com ele em ronda em Santana, na Zona Norte de São Paulo, interpelaram Flávio Sant'Anna, que dirigia um Gol. Em seguida o mataram com dois tiros.<sup>12</sup> Ao ver o corpo de Sant'Anna, o comerciante percebeu que ele não era o assaltante.

Segundo os policiais, Flávio Sant'Anna estaria armado e reagiu à polícia. Depois disso, os policiais forjaram uma cena de crime, colocando a carteira de Antonio no bolso de Flávio, além de uma arma com a numeração raspada. Antonio relatou que foi ameaçado pelos policiais para que não mudasse a versão de que Sant'Anna era o assaltante. Alegaram que ele tinha sido morto após um “movimento brusco”, dando a entender que puxara uma arma.<sup>13</sup>

O corpo só foi encontrado pela família dali a dois dias no IML, sem identificação, e seria enterrado como indigente. Um exame buscando resíduos de uso de arma de fogo nas mãos de Sant'Anna foi negativo.<sup>14</sup>

11 Franco Reinaldo em entrevista, 23/7/2016.

12 Detalhes do processo no site: [http://www.ovp-sp.org/exec\\_flavio\\_santana.htm](http://www.ovp-sp.org/exec_flavio_santana.htm)

13 São Paulo Agora, 13/2/2004. Disponível no site [www.frente3defevereiro.com.br](http://www.frente3defevereiro.com.br)

14 “Sob suspeita, policiais foram promovidos”. Folha de S. Paulo, 11 de fevereiro de 2004, C1. Disponível em: [www.frente3defevereiro.com.br](http://www.frente3defevereiro.com.br)

As chances maiores apontavam para o desaparecimento do assassinato de Flávio Sant'Ana no meio dos grotescos números de mortes causados pela polícia no Brasil, de forma que eu jamais poderia evocá-lo aqui. Mas neste caso, o excepcional aconteceu. Flávio era de classe média, tinha uma namorada suíça que acabava de levar ao aeroporto, era recém-formado em odontologia, tinha um carro. Mas o elemento decisivo foi outro: o pai de Flávio era policial militar aposentado, familiarizado com as estratégias de fabricação de cenas de crime, e promoveu uma busca certa pela verdade. Além disso, a família possuía artistas e ativistas em suas redes de sociabilidade, e elas também operaram. A morte de Flávio produziu uma forte organização de ativistas pelos direitos dos negros, que se nomeou “Frente 3 de Fevereiro” e levou adiante o propósito de não deixar passar essa morte.

A Frente lastreou um conjunto de ações políticas no lugar e no relato do episódio. Dois meses depois do assassinato, no dia 4 de abril, a Frente inaugurou no local da morte um chamado “monumento horizontal” em memória de Flávio, com a presença de sua família. A ideia do monumento horizontal – ou antimonumento, ou contra-monumento – é um instrumento de politização do espaço que vem sendo mobilizada por diversos grupos sociais nas últimas décadas. Contrapõe-se ao monumento vertical, as tantas marcas tradicionais, estátuas, memoriais, mausoleus que buscam cristalizar em forma edificada uma narrativa no espaço da cidade. O monumento horizontal é uma marca no solo que depende do engajamento, e não da contemplação.

O monumento consistia em uma placa de ferro reproduzindo em tamanho próximo ao real de uma silheta estilizada, e dentro da figura do corpo a frase: “Aqui! Flávio F. Sant'Ana foi morto pela Polícia Militar de São Paulo”. No dia seguinte ao ato, a PM destruiu e removeu o monumento.

Dali a uma semana, a Frente voltou ao mesmo sítio e refez o monumento, desta vez em concreto e tinta, plasmados no asfalto de forma a impedir sua remoção. Novamente, o monumento apareceu semidestruído no dia seguinte. Um ano após a morte de Flávio foi feita uma manifestação no local.<sup>15</sup>

Além de enfrentar a destruição do monumento a Flávio Sant'Ana, a Frente 3 de Fevereiro atuou em outros níveis: publicizou, publicou, cantou e dançou a história. Agiu também política e juridicamente, buscando punir os responsáveis de forma emblemática. Alguns dos policiais envolvidos já tinham participado de crimes semelhantes.

---

15 Daniel Lima, entrevista, 17/4/2017.

Não é possível sabermos o que teria acontecido se a Frente 3 de Fevereiro não tivesse ancorado no local da morte, nem eleito o lugar como centro simbólico de suas reivindicações, aumentando a visibilidade do episódio na mídia. O fato é que essa morte teve um desfecho diferente da maior parte das mortes de negros e jovens no país. Os três policiais responsáveis pelo assassinato foram condenados em 2005 a 17 anos de prisão. Não fui capaz de descobrir se houve recurso ou se as penas foram efetivamente cumpridas.

Se por um lado a justiça foi obtida, não aconteceu o mesmo com a memória. Após reconstruir duas vezes o monumento e vê-lo ser destruído, a Frente 3 de Fevereiro não tinha condições de prosseguir para sempre com a ação. Atualmente não há nenhum marco de memória no local da morte de Flávio Sant'Anna.<sup>16</sup>

### ANDRÉA DE MAYO

Andréa de Mayo<sup>17</sup> era uma figura controversa. Nascida em 1950 em São Paulo, o início de sua trajetória foi o mesmo de muitas outras: saiu de casa antes dos 18 anos, lavou carros, engraxou sapatos, varreu calçadas. Com vinte e poucos anos assumiu Andréa e passou a se montar. Então, passou a se destacar. Foi dona de célebres casas noturnas como a Val Improvisado e a Prohibidu's; foi comprando apartamentos que enchia de beliches para alugar para outros travestis, que ajudava doentes de AIDS, entre outras tantas atividades. Conhecia a lei da selva e andava armada com um *Nunchaku*, o bastão duplo das artes marciais.<sup>18</sup> Ao mesmo tempo que frequentava as profundezas, era uma das travestis com maior acesso à sociedade paulistana *mainstream*. Foi uma das primeiras a explicar o mundo das travestis paulistanas na televisão, no programa Comando da Madrugada de Goulart de Andrade, em 1985,<sup>19</sup> e polemizou com o reacionário Afanásio Jazadji no Programa Livre de Serginho Groisman na Globo.<sup>20</sup>

Em maio de 2000, Andréa se internou para fazer uma cirurgia de retirada de silicone industrial do corpo. Diferente das próteses, o industrial – bem mais barato – é aplicado em clínicas irregulares, às vezes pelas próprias travestis. Gera também muito mais complicações, e Andréa não resistiu. Morreu com 50 anos em 16 de maio.

16 Daniel Lima, entrevista, 17/4/2017.

17 O nome aparece grafado de várias formas: Andrea de Mayo, Andrea de Maio, Andreia de Maio. Aqui uso a forma como o nome aparece no memorial do qual trata este texto.

18 ANTENORE, Armando. “A vez de Andréa: sobre o direito de morrer como travesti”. *Revista Piauí* 125, fevereiro 2017, p. 74.

19 <https://www.youtube.com/watch?v=NkoHPQib2Ro&t=336s>

20 <https://www.youtube.com/watch?v=T5LK9qVNhoE>

A relação de Andréa com a família biológica era péssima, e quem deu sepultamento para ela foi seu pai de santo, Pai Walter de Logun Edé. Em 2000, não existia o direito ao uso do nome social pelos travestis e transexuais, e Andréa foi enterrada com o seu nome de batismo, Ernani dos Santos Moreira Filho.

Em uma de minhas visitas a campo, por volta de 2001, estive no cemitério da Consolação em São Paulo, em busca daqueles túmulos especiais de personagens considerados milagrosos.<sup>21</sup> Na Consolação, por exemplo, encontra-se o túmulo de Antoninho da Rocha Marmo, morto em 1930 aos 12 anos, que ainda em vida fazia milagres.<sup>22</sup> Os funcionários dos cemitérios são os melhores informantes, e naquele dia conversei com o célebre Popó, então coveiro, atualmente guia de visitas no cemitério.

Popó me mostrou o túmulo de Andréa, recém-falecida, que naquela época era visitado por travestis da cidade. Não presenciei nenhuma dessas visitas, e tenho dúvidas sobre as razões delas, se Andréa era considerada milagreira ou intercessora, celebridade ou apenas curiosidade, se as visitas eram de amigas saudosas ou de pessoas que nunca haviam conhecido Andréa em vida. No fundo, eu queria que ela virasse uma dessas santas populares, ela que nunca foi santa em vida. Mas isso não aconteceu, talvez Andréa tenha sido eclipsada pela figura da mãezona Brenda Lee, que morreu alguns anos antes e tinha como missão de vida ajudar travestis em situação de vulnerabilidade. Andréa fazia a sua filantropia, mas era essencialmente uma empresária da noite. Não voltei ao local nos quinze anos seguintes.

Em março de 2016, fui convidado a participar de um seminário realizado pela PUC-SP e pelo Serviço Funerário Municipal (SFMSM) cujo tema era o cemitério da Consolação. Nesse seminário a coordenadora do SFMSM, Lucia Salles, apresentou a pequena revolução que a Prefeitura estava promovendo no órgão. Pela primeira vez na história o SFMSM saía das sombras e do tabu e reconhecia suas potencialidades e os enormes recursos sob sua gestão – territoriais, de fauna, flora, ambientais, de patrimônio histórico. Em uma parceria com a PUC, o SFMSM realizava o projeto *Memória e Vida* dedicado a mapear e explorar as potencialidades do Cemitério da Consolação. Uma das ações do projeto era aprofundar e diversificar as visitas guiadas, construindo também visitas temáticas. Na

---

21 Há mais de 20 anos estudo os espaços da morte e dos mortos. CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo* (Anna Blume/FAPESP, 2002); CYMBALISTA, Renato. *Sangue, ossos e terras: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro* (Alameda/FAPESP, 2012).

22 SCHNEIDER, Marília. *Memória e História: misticismo, santidade e milagre em São Paulo*. São Paulo: T. A. Queiroz, 2001.

ocasião, lembrei que Andrea de Mayo se encontrava sepultada na Consolação, e que seu túmulo poderia ajudar a ancorar uma visita guiada com temática LGBT.

Meu encontro seguinte com a diretora do SFMSP foi no mês de julho de 2016, em um congresso internacional sobre a morte e os mortos no Instituto Goethe, também em São Paulo. Lúcia Salles era uma das palestrantes convidadas, e em sua apresentação mostrou que não havia perdido tempo: o SFMSP havia localizado o túmulo de Andrea de Mayo, entrado em contato com o concessionário do túmulo, Pai Walter, e proposto a ele a realização de uma homenagem, atribuindo o nome social ao túmulo de Andrea. Assim, em apenas quatro meses de intervalo entre esses dois encontros o SFMSP, tudo foi ágil, criativo e responsivo.

A partir de então, fizemos uma aliança entre o Laboratório para Outros Urbanismos da FAU-USP e o SFMSP para a realização da placa. A funcionária do SFMSP Khadiga Saleh ficou responsável pelo encaminhamento do projeto, que não era complexo do ponto de vista operacional: já tínhamos a autorização do concessionário do túmulo, do próprio SFMSP e a anuência do coordenador do cemitério. Era necessário projetar a placa. Em uma visita ao túmulo, fiz uma proposta de dimensionamento, compatível com as demais inscrições do túmulo. Propus a manutenção da placa com o nome biológico, para que fosse possível contar toda a história – nem poderia ser diferente: descobri que não havia a hipótese da retirada do nome com o qual Andrea foi sepultada, pois ainda não foi conquistado o direito *post-mortem* da mudança dos documentos e adoção do nome social de forma retroativa.

A escolha foi por uma placa austera, em granito preto com inscrições em dourado. Era uma homenagem do poder público, e a linguagem não deveria ser a da arte, do ativismo ou do protesto, e sim a da política oficial, a mesma com a qual se homenagearia um presidente. Nada de arco-íris ou purpurina, portanto.

A placa de 30 cm X 26 cm foi executada por um marmorista que trabalha com lápides e foi custeada (apenas R\$ 250,00) por meio de uma doação. O SFMSP estabeleceu a inscrição:

Andrea de Mayo

Homenagem a uma história de luta  
e persistência na garantia de direitos.

Celebramos a diversidade, memória e vida.

Secretaria Municipal de Serviços

Serviço Funerário do Município de São Paulo

Primavera de 2016

A instalação da placa foi marcada para o dia 17 de novembro. O diretor teatral Marcelo Soler, especializado em teatro documentário, propôs em conjunto com o coletivo *Viadas* uma performance de drag queens, em uma emocionante versão de *Canto de Ossanha* de Vinícius de Moraes. Foram vários os discursos: de uma conhecida de Andrea, de uma beneficiária do programa Transcidadania e de autoridades municipais. Fui convidado para fazer uma fala, e nela deixei claro que não tinha a intenção de falar pelos travestis e transexuais, mas sim pelo Estado – como professor de uma universidade pública, sou funcionário público – me colocando como porta-voz de um ato de reparação, reconhecendo a culpa do poder público em violações históricas de direitos e expressando um desejo sincero de mudança:

Andrea de Mayo morreu no ano 2000, e naquele momento não era autorizado aos travestis e transexuais o uso dos nomes sociais em documentos oficiais. Atualmente isto é permitido, graças à luta dos grupos Trans, e Andrea de Mayo foi sem dúvida uma das primeiras e mais importantes representantes do ativismo Trans no Brasil.

O direito ao nome social foi uma importante conquista. Mas resta uma dívida imensa com esses grupos. Como tratarmos os 500 anos em que isto não foi permitido no país? Esta homenagem é uma resposta: a população Trans não tem apenas o direito ao uso de seu nome social no presente, mas também no passado.

Este é um ato de reparação que é pequeno perante as violações de direitos que ocorreram e seguem ocorrendo, mas é ao mesmo tempo imensa, porque significa o reconhecimento do Estado de seus crimes, e um desejo de mudança.

Dependendo do ponto de vista, a atribuição do nome social a Andrea de Mayo pode parecer apenas uma homenagem singela e de baixo custo, ou um ato simbólico de grandes proporções. Sou da opinião que é algo de enorme relevância. Que seja de meu conhecimento, trata-se do primeiro marco de reparação, de direito à memória e à verdade Trans no Brasil – e

não conheço outro exemplo similar no mundo. Foi um relevante passo do poder público no sentido do reconhecimento desses grupos como sujeitos de direitos, e não apenas como grupos vulneráveis ou usuários de programas específicos de saúde pública.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Uma semelhança fundamental perpassa os três casos aqui visitados: a ideia de que lugares onde ocorreram violações de direitos – e mais especificamente lugares de morte – constituem oportunidades especiais para a sociedade, plataformas para a afirmação de direitos. A presença da morte e dos mortos confere uma legitimidade específica ao local, conecta o presente ao passado com maior intensidade do que ocorre em outros lugares.

As mortes de Edson Neris e Flávio Sant'Ana possuem suas especificidades e também uma série de elementos em comum: simbolizam a violência e a violação de direitos, e são casos típicos em um cenário assombroso. Mas, simbolizam também a luta, à medida que as duas narrativas foram adotadas como bandeiras políticas pelos movimentos afirmativos. E significam também vitórias bastante excepcionais, pois nesses dois casos a mobilização trouxe a legitimidade e o engajamento de gestores públicos e operadores do direito: alguns dos algozes foram punidos, diferente da impunidade geral em casos similares. No caso de Andréa de Mayo, o local de memória é o de sepultamento. Ela não foi assassinada, mas vítima de uma precariedade geral que assola a existência transexual, de um inimigo que habitava seu próprio corpo.

A memorialização dessas três vítimas passa por marcar os sítios de morte. Se nossa perspectiva é de construção de cidadania, esse tipo de lugar é, na verdade, indispensável. São catalisadores de narrativas, são repositórios de esperanças e de identidades. São lugares que adquirem uma dimensão política – e por isso mesmo, possuem potencialidades pedagógicas. Cabe a nós reconhecermos e explorarmos as oportunidades legadas pelas tragédias, desafiando os limites e preconceitos da sociedade, exigindo de nós mesmos a construção de um futuro mais generoso do que o passado. Não tenho dúvidas em afirmar que a memorialização, nos três casos, faz nossa sociedade ser algo melhor e mais justo. Já me posiciono aqui em um debate que coloca as ações de memorialização em dúvida, por estarmos eventualmente vivendo uma hiperinflação, uma overdose de memória: quando se trata de lembrar direitos violados, é melhor correr o risco do excesso do que o da falta.

Cabe discorrer agora sobre os resultados obtidos nos três casos. O monumento a Edson Neris não chegou a ser projetado, apenas o seu material foi aventado. Mas a ideia não teve prosseguimento nas possibilidades e na correlação de forças políticas do movimento LGBT.

O monumento horizontal a Flavio Sant'Anna chegou a ser construído e reconstruído, mas foi apagado em todas as tentativas. Sua manutenção requereria uma vigília permanente, o que a Frente 3 de Fevereiro não teria capacidade de fazer. Ninguém reivindica a autoria da destruição do monumento, mas faz sentido acreditar que seja a própria PM – se os policiais foram capazes de matar e simular uma cena de crime, seria bastante trivial para eles apagar uma marcação no solo.

A placa memorial de Andréa de Mayo, diferente dos outros dois casos, efetivou-se. Não havia sofrido ataques meio ano após sua instalação, quando este artigo foi redigido. Não sofreu contestações mais fortes, exceto algumas postagens preconceituosas no *facebook*. De uma forma geral a repercussão na imprensa foi positiva. O seu túmulo foi inserido no roteiro turístico do Cemitério da Consolação.

Nos dois primeiros casos, os memoriais foram concebidos pela sociedade civil como *denúncia*, atores ou movimentos da sociedade civil denunciando crimes cometidos por indivíduos ou pelo Estado em prejuízo de minorias. Denúncias contra a repressão histórica desses segmentos, contra genocídios silenciosos que perpassaram séculos.

Já no caso de Andréa de Mayo, o memorial foi proposto como ação interna ao próprio Estado. Foi proposto não como denúncia, mas como *reparação*, como reconhecimento por parte do poder público de séculos de graves violações de direitos, desrespeitos à dignidade e à própria vida dos transexuais. Para expressar um desejo de mudança por parte do Estado.

É certo que a atribuição de nome social ao um túmulo é uma ação simbólica, não substitui nem compensa medidas em outros campos. Mas essa atitude possui rebatimentos em políticas públicas reais, como a regulamentação do uso do nome social, ou o programa Transcidadania do Município de São Paulo.<sup>23</sup> As políticas públicas sucedem décadas de ativismo e lutas – e Andrea de Mayo foi uma das primeiras a empunhar publicamente e na mídia a bandeira trans. O Estado não é capaz de inventar agendas, elas precisam ser propostas pela sociedade civil e pelos movimentos sociais, e as denúncias de violações de direitos são indispensáveis – ou seja, não defendo aqui que ele seja capaz de substituir a política, o ativismo, a sociedade civil organizada ou os movimentos sociais. Mas defendo, sim, que as ações de memória ganham mais poder, mais legitimidade e maior permanência quando o Estado opera como aliado da sociedade civil. Para que isso ocorra são necessários movimentos por parte do Estado e da sociedade civil.

---

23 O Transcidadania foi proposto pelo petista Fernando Haddad e até maio de 2017 não havia sido descontinuado pelo seu sucessor tucano João Dória.

O Estado precisa mostrar-se permeável às novas demandas, mostrar-se adaptável, pronto para rever posições. Precisa estar pronto a assumir responsabilidade ou culpa por erros do passado, e expressar um desejo legítimo de mudança. Isso pode ser mais simples do que parece. No caso da placa para Andrea de Mayo, a problemática foi levantada por um pesquisador e professor de universidade pública; a iniciativa foi concebida pelo SFMSP e levada adiante com o apoio de uma de suas funcionárias; foi construída em diálogo com os funcionários do Cemitério da Consolação; a placa de pedra resultou de uma pequena doação privada. Do início ao fim, o processo levou pouco mais de meio ano, o que desafia também a ideia de que o Estado é sempre lento e burocrático.

A sociedade civil, por sua vez, tem também algumas tarefas se a ideia é ir além da performance, no sentido da perpetuação das ações de memória no espaço público. A primeira delas é o reconhecimento das jurisdições públicas: o Estado não pode abrir mão de suas responsabilidades sobre a produção, gestão e manutenção do espaço público.<sup>24</sup> Para uma ação perene no espaço, algum grau de reconhecimento das prerrogativas públicas é necessário. Atitudes de enfrentamento em relação ao Estado, que questionam a sua legitimidade – “você não poderia mandar aqui” – dificilmente são bem acolhidas pelo poder público. Considero que teremos mais chances com estratégias de abordagem do poder público como: “eu reconheço que você tem poderes e deveres sobre este espaço, e tenho uma proposta para que no futuro esse poder seja exercido de forma mais democrática e mais inclusiva”. Para os ativistas, é uma proposta bastante desafiadora, pois exige um alerta permanente em relação à conjuntura política e as oportunidades. É importante saber quais os momentos certos e os interlocutores certos para amparar ações de desqualificação/denúncia, mas também para a *qualificação* da ação pública. O desafio é entender como uma proposta pode remar a favor – e não contra – a burocracia, quais são os passos necessários, quais os poderes e jurisdições envolvidas. Nessa negociação, em geral, perde-se em radicalidade mas há mais chance de ganhos em termos de perenidade.

Para isso, é necessário um olhar específico para o Estado, não como o “outro absoluto”, irremediavelmente autoritário, mas como uma constelação complexa e contraditória de instituições, em permanente movimento e disputa, com alguma capacidade de mudança. Partes desse Estado complexo e contraditório podem vibrar na mesma frequência da sociedade civil e dos movimentos sociais em algumas situações, resultando em alianças interessantes.

---

24 Mesmo quando essa gestão é terceirizada, isso se faz mediante contratos em que o Estado concede e regulamenta atribuições.

A segunda tarefa para a sociedade civil – e ela é difícil para os grupos criativos – é a necessidade de compartilhamento da autoria sobre os processos. Não me refiro aqui aos novos coletivos artísticos que borram a assinatura individual dos trabalhos, mas a um compartilhamento mais radical das iniciativas, transcendendo grupos ou segmentos sociais. Na minha opinião, o agente que pode representar de forma mais radical nessa transversalidade (excetuando-se as leituras religiosas) é justamente o Estado. A autoria do monumento horizontal a Flávio Sant'Anna deu visibilidade, prestígio e admiração à Frente 3 de Fevereiro, mas o fato é que o monumento horizontal foi sistematicamente destruído. O monumento a Edson Neris não chegou sequer a ser desenhado, em parte, por conta de tensões internas do movimento GLBT. Assim como essas ações são relevantes para a sociedade como um todo, ganhamos mais se elas foram encaminhadas também coletivamente.

Não defendo de forma alguma o fim do ativismo e da transgressão, ou a extinção da arte engajada. As ações de enfrentamento e denúncia serão sempre necessárias, mesmo porque a sociedade nunca cessa de abrir novos horizontes para os direitos. Mas memoriais como os de Flávio Sant'Anna e Edson Neris merecem ser mais do que ideias ou registros fotográficos. Presentes na paisagem urbana, eles podem funcionar como sinais de alerta, podem ser instrumentos pedagógicos, podem ser plataformas físicas para a organização da sociedade civil, podem inclusive lastrear e potencializar novas denúncias e enfrentamentos. Nesse sentido, sua não existência no território é uma perda para a sociedade inteira. Eles são importantes demais para não existirem, e o preço moral pago pela sociedade quando de sua invisibilidade é muito alto. Sem eles, nenhuma criança pode apontar o dedo para o lugar e perguntar “o que é aquilo, pai?”.

## BIBLIOGRAFIA

Anais da I Conferência Nacional LGBT, Brasília, junho de 2008. <http://www.sdh.gov.br/sobre/participacao-social/cncd-lgbt/conferencias/anais-1a-conferencia-nacional-lgbt-2>

ANTENORE, Armando. A vez de Andréa: sobre o direito de morrer como travesti. In: *Revista Piauí* 125, fevereiro 2017, p. 74.

CYMBALISTA, Renato. *Cidades dos vivos: arquitetura e atitudes perante a morte nos cemitérios do Estado de São Paulo*. São Paulo: Anna Blume/FAPESP, 2002.

CYMBALISTA, Renato. *Sangue, ossos e terras: os mortos e a ocupação do território luso-brasileiro*. São Paulo: Alameda/FAPESP, 2012.

FRANÇA, Carlos Eduardo. O linchamento de Edson Neris da Silva: reelaborações identitárias dos skinheads carecas do Brasil na sociedade paulista contemporânea. *Disser-*

tação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista: Faculdade de Filosofia e Ciências, 2008. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/89578>>.

“Skinheads são condenados por morte de gay”. Folha de S. Paulo, 1 de fevereiro de 2001.

SCHNEIDER, Marília. *Memória e História: misticismo, santidade e milagre em São Paulo*. São Paulo: T. A Queiroz, 2001.

TRINDADE, Ronaldo. “O Mito da Multidão: uma breve história da parada gay de São Paulo”. In: *Gênero* (UFF), vol 11. N. 2, pp. 73-79, 1 sem 2011.

VERDERY, Katherine. *The political lives of dead bodies: reburial and postsocialist change*. Columbia: University Press, 1999.

### Sites

<https://disponivel.uol.com.br/acapa/mobile/noticia.asp?codigo=10284>. Acesso em: 29/4/2017.

[http://www.ovp-sp.org/exec\\_flavio\\_santana.htm](http://www.ovp-sp.org/exec_flavio_santana.htm) Consultado em 20/4/2017.

[www.frente3defevereiro.com.br](http://www.frente3defevereiro.com.br)

### Depoimentos

Franco Reinaudo, 23/7/2016

Ricardo Aguiéiras, 17/4/2017

Daniel Lima, 17/4/2017